

Ata número catorze

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2023 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, pelas 10:00 horas, na Sala da Assembleia no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a Sessão sob a presidência do Excelentíssimo Presidente Amândio Manuel Ferreira Melo, comigo Artur Alberto Mendes de Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Cristina Marques Gaspar Teixeira, segunda secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista - PS:

Luís António Pinto de Almeida, David Augusto Canelo, Pedro Miguel Fonseca Catalão em substituição de Patrícia Isabel Elvas Eusébio e João André Botão dos Santos.

Da lista do Partido Social Democrata - PPD/PSD:

António Manuel Cardoso Marques, Acácio Bernardo Nunes Dias, Telma Alexandra Nave Neves de Matos, Tiago André Alves dos Santos Duarte Gaspar, José Carlos Bonifácio Alves, Margarida Saraiva Paiva e Humberto José Geraldês Barroso.

Da lista Coligação Democrática Unitária - PCP/PEV:

Rosa Maria Sequeira Silva Coutinho.

Estiveram também presentes nesta Sessão, o Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, Hugo Adolfo dos Santos Taborda, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Gavinhos Quelhas, o Secretário da Junta de Freguesia de Inguias, António Júlio Sousa Correia em substituição de Joaquim Luís Nunes Adolfo e o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Manuel Teixeira Amaro.

Tomada a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças.

Deu por aberta a Sessão e passou a ler a Ordem de Trabalhos que vai ficar arquivada em pasta anexa e se transcreve:

- 1- 1º Período de Intervenção do Público*
- 2- Período Antes da Ordem do Dia*

- 3- *Período da Ordem do Dia*
 - 3.1- *Apreciação e votação da ata da Sessão anterior*
 - 3.2- *Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município*
 - 3.3- *Apreciação e votação das Peças do Procedimento Concursal Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão. Concessões Municipais. ENERAREA- Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior.*
- 4- *2º Período de Intervenção do Público*

1 – 1º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iria passar ao Período de Intervenção do Público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou ao ponto seguinte.

2 - Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a Moção “Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação” a que se transcreve integralmente.

“Moção

Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação

Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública.

Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhares de famílias.

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

Estas medidas não estão no chamado pacote “mais habitação”.

Este, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado.

Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR.

Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que o poder local e, em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.

Assim, a Assembleia Municipal de Belmonte, reunida a 28/09/2023 delibera:

- Reclamar a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportem com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma suspensão que isente de pagamento a parcela de capital;

- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;

- Exigir do Governo as ações necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes;

- Apelar à participação da população nas ações convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à Habitação.”

Posteriormente referiu que a presente Moção tinha sido levada à reunião de Comissão Permanente, sendo que o PSD se tinha absterido. Todavia, as propostas que tinha apresentado eram a longo prazo. Como por exemplo baixar o IVA aplicado aos materiais de construção, passando de 23% para 12 % nas próximas construções, o que não garantia que os construtores vendessem a preços mais baixos. Logo estas medidas não eram imediatas, sendo que a CDU o que propunha na presente Sessão, eram medidas imediatas, de modo que as pessoas não ficassem sem teto.

Aludiu que tendo em conta o que se tinha passado na reunião da Comissão Permanente, apelou ao PSD que refletisse e caso existissem medidas imediatas para além das que a CDU tinha apresentado, que a CDU as acrescentaria, uma vez que o trabalho era conjunto.

Para terminar, referiu se não tivessem todos unidos nesta problemática da habitação, o problema iria agravar-se cada vez mais, e haveria novamente pessoas a morar debaixo da ponte ou em barracas como era antes do 25 de abril.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que a Moção apresentada pela CDU, tinha ido à Comissão Permanente, mas que infelizmente por motivos pessoais a pessoa que representou o Partido Socialista na reunião da Comissão Permanente não pode estar presente hoje na Sessão de Assembleia Municipal.

Asseverou que no seu entendimento a Moção apresentada já estava um pouco desfasada do tempo, uma vez que tinham existido medidas que o Governo tinha aprovado e que não estavam contempladas nesta Moção.

Aludiu que efetivamente eram e continuavam a ser sempre contra o aumento das rendas e da habitação, uma vez que em nada beneficiava a população em geral. Contudo não poderiam esquecer que o Governo do Partido Socialista, através do PRR tinha dotado dois milhões e setecentos mil euros para aumentar a oferta pública de habitação, cerca de mil e duzentos fogos estavam concluídos e que mais de dez mil estavam em fase de projeto ou obra no total, sendo que mais de trinta e duas mil habitações estavam para concretizar até 2026.

Mencionou que tinham sido conduzidas políticas em articulação com as Autarquias, tendo lugar duzentas e trinta estratégias locais de habitação, atendendo a especificidade de cada território e de cada comunidade. Por outro lado, o Partido Socialista também tinha apoiado dezasseis mil e quinhentas famílias através do PORTA 65 ou do Programa de Arrendamento Acessível.

Frisou que esta semana iria ser publicado um diploma que estabilizasse o valor das prestações e que também iria ser fixado este ano a atualização máxima de 2% nas rendas. Aludiu que tudo isto eram medidas que o Partido Socialista estava a levar efeito e que efetivamente não se poderiam esquecer que nem tudo estava bem, mas que nem tudo estava mal.

Referiu ainda que se sabia bem que a problemática da habitação era uma problemática que se vinha arrastando ao longo dos anos, e que o PS não era alheio a essa situação.

Asseverou uma vez mais que quem tinha estado na Reunião de Comissão Permanente e que tinha representado a Bancada do Partido Socialista, não estava presente na Sessão de Assembleia Municipal, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se não se importaria de ceder cinco minutos para poder falar com o resto da bancada do PS, uma vez que muitos deles tinham sido confrontados neste preciso momento com a Moção da CDU.

O Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou uma Declaração de Voto que se transcreve integralmente.

“Declaração de Voto

Moção apresentada pela CDU

Versa o artigo 65º. Da Constituição da República Portuguesa no seu número 1 que:

«1. Todas têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições; de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar»

Porem, em nenhum dos números seguintes do referido artigo 65º., o estado se obriga a disponibilizar habitação para os cidadãos. As obrigações do Estado resumem-se ao reordenamento do território, garantir uma adequada rede de transportes e regulamentar e incentivar a iniciativa privada, ou cooperativa na construção e criação de habitação, entre outras.

Considerando o valor atual dos terrenos para habitação, que os governos não souberam acautelar, bem como o preço de construção atual dos imóveis, a que se soma a taxa de juro que remunera o capital, difícil se torna para o comum dos cidadãos adquirir habitação própria.

Em alternativa, sobra o arrendamento; porem, também para o investidor o imobiliário está caro, como cara está a remuneração do capital.

Para resolver o problema da falta de habitação jamais se poderá fazer com as atuais medidas preconizadas pelo governo ou habitualmente defendidas pela CDU.

A resolução do problema passará sempre por uma política tendo em conta as seguintes medidas:

1 - Que promova a redução do custo de construção, através da aplicação da taxa reduzida de IVA aos materiais de construção.

2 - Que isente de IMT a aquisição de imóveis que sejam colocados no mercado de habitação.

3 - Redução do IMI para os imóveis habitacionais.

4 - Que a taxa liberatória de IRS atualmente de 28% seja significativamente reduzida para menos de metade. (Sem nada fazer, sem correr riscos o estado arrecada cerca de um terço do rendimento).

5 - O estado paga juros de mais de 2,5% nos certificados de aforro e na Dívida pública portuguesa, como pretende a CDU que o banco cobre uma taxa de 0,43%? Onde se vai financiar para poder emprestar?

Relativamente a este assunto salienta-se o fato de o Partido Socialista estar no governo há cerca de oito anos, acompanhado pela CDU durante quatro anos-

O estado nem sequer se tem preocupado em recuperar o seu degradado imobiliário.

Não administra convenientemente o seu parque habitacional.

Não disponibiliza às cooperativas de habitação terrenos para construção.

As únicas preocupações do governo foram no sentido da arrecadação de impostos.

Por tais fatos não votaremos favoravelmente esta moção. O nosso voto será de abstenção.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra e solicitou ao Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD), que futuramente as Declarações de Voto, fossem só apresentadas no final da votação.

Seguidamente informou que iria suspender a Sessão por cinco minutos a pedido do Senhor Deputado Luís António.

Passados esses cinco minutos retomou-se novamente a Sessão de Assembleia Municipal.

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra tendo dito que embora do que já tinha sido referido sobre a Moção apresentada a mesma já estava desfasada no tempo com falta de fundamento, dado que o Governo já tinha tomado medidas.

Mas ainda assim, a bancada do PS irá votar favoravelmente a favor da Moção da CDU, cumprindo a decisão tomada na reunião da Comissão Permanente, pela representante do Partido Socialista.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, asseverando que deveria haver igualdade de critérios, pois o Senhor Deputado Luís António (PS), também tinha feito a sua intenção de voto antes da Moção ser votada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, retomou novamente a palavra e esclareceu o Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), que o que tinha sido feito foi uma Declaração de Voto por parte do Senhor Deputado Acácio Dias (PPD/PSD) e que esta só deveria ser feita no final da votação.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação da Moção “Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação” através de braço no ar.

*----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **8** abstenções da Bancada do PPD/PSD e **11** votos a favor da Bancada do PS (10), e da Bancada da CDU (1), pelo que a Moção “Exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação” foi aprovada por **maioria** dos presentes na votação.*

A Senhora Deputada, Margarida Paiva (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Em 2020 o criptojudaísmo foi considerado uma das sete maravilhas de Portugal, não podemos esquecer esse reconhecimento, há que promover as características que nos diferenciam das demais aldeias históricas. Manter uma estreita ligação com a comunidade judaica de Belmonte é essencial, pois só trabalhando em equipa é possível preservar as tradições que tornam Belmonte única no mundo. Comunidade esta que está a diminuir, é cada vez mais importante criar condições para que não desapareça, e que possa crescer. Não é só termos um Museu Judaico é necessário manter a comunidade que deu origem a esse museu, faz parte de Belmonte.

No entanto, após 3 anos não vemos nenhum benefício após essa vitória. Não existe nenhuma referência a esse facto na vila, não há desenvolvimento deste tema, não vemos uma ligação entre o município e a comunidade judaica. Parece que foi esquecida esta vitória....

O turismo ocupa um papel importante no concelho de Belmonte, é essencial criar condições para receber os turistas. Continuamos a insistir que são necessárias instalações sanitárias junto ao estacionamento dos autocarros. Recebemos vários grupos e depois não temos as condições adequadas para os receber. Aqui bem perto, na aldeia de sortelha foram criadas essas instalações permitindo um melhor acolhimento dos grupos.

Esperamos que na construção do centro interpretativo de centum cellas sejam criadas condições adequadas para os visitantes, não só instalações sanitárias como estacionamento adequado tanto para veículos ligeiros como para autocarros.

Ao fim de 20 anos de promessas finalmente temos a construção do centro interpretativo, mas agora, pelo que vemos no local, temos algumas dúvidas, se o restauro da Torre e o pequeno Centro Interpretativo, são obras, para gastos de cerca de 900 mil euros. E qual foi valor da aquisição do terreno para a instalação do Centro Interpretativo.

Gostaríamos de saber quando é que o projeto se tornará publico e quais as alterações que irão ser realizadas na zona envolvente da torre centum cellas. Se as grades de vedação ali existentes em ferro vão ser retiradas? Se a visita continuará gratuita?

Relativamente ao turismo de Belmonte, deixo a questão se após dois anos de mandato ainda não está terminado o plano estratégico de turismo? Se está, quando vai ser divulgado e implementado?

Neste concelho parece que tudo é esquecido, que em vez de crescermos regredimos...Cada vez mais buracos nas estradas, contentores cheios, bermas por limpar, menos médicos, aumento da água...nada que realmente contribua para o melhoramento da qualidade de vida da população do concelho de Belmonte.

A quinta das pereiras é um bom exemplo desta situação, uma estrada municipal que tem um trânsito considerável, uma vez que dá acesso à A23 e vemos buracos, silvas e arbustos a entrarem na estrada, não podemos encostar os veículos para não ficarem riscados. A nível de sinalização precisa ser ponderada a interdição a circulação de pesados nesta estrada. Cada vez vemos mais veículos pesados, tanto de passageiros como de mercadorias a circularem nesta estrada e na que liga esta à nacional 18 passando pela praia fluvial. Nem uma nem outra têm largura para permitir a circulação em segurança desses veículos. Inclusive é frequente alguns veículos ficarem em dificuldades na estrada da Praia fluvial, e um exemplo disso foi no ano passado durante o incendio da serra da estrela em que vários veículos dos bombeiros ficaram presos nesse local. E algumas autocaravanas também têm tido essa dificuldade.

Volto a insistir que a atribuição dos números de polícia é importante para a quinta das Pereiras, já tem um número considerável de habitantes e torna-se difícil identificar as moradas, principalmente em situações de emergência em que é necessário dar o endereço do local onde o doente se encontra. Esta situação pode colocar em risco a vida do doente, 1 minuto pode salvar vidas.

Outro exemplo de que estamos esquecidos é a retirada dos ecopontos, já não chegava os contentores do lixo urbano estarem constantemente cheios, ainda nos tiram a possibilidade de reciclar.

Questiono também em relação ao aumento da fatura da água em 40%, que compensação será dada aos moradores da quinta das pereiras pelo facto de não possuírem saneamento básico e verem este serviço refletido na fatura? Sendo que o valor deste serviço representa cerca de 50% da fatura da água.

Para terminar, chamo a atenção para o abandono dos locais de lazer de Belmonte, onde foi realizado investimento para se criarem, mas depois não houve manutenção dos espaços. Refiro-me ao parque urbano do machorro, ao pequeno jardim atrás da estatua do Pedro Alvares Cabral e à praia fluvial. Esta última até veio referida no Guia de verão das Beiras, oferecido pelo jornal do fundão. É um pouco caricato, uma vez que o senhor presidente da camara disse nesta assembleia que não temos praia fluvial, já tivemos...mais um exemplo de que este concelho está a regredir...quando vemos os outros municípios a investir e a aproveitar as mais valias naturais dos concelhos...aqui simplesmente se abandonam.

Deixo ainda um aparte...o plano estratégico do município de Belmonte é uma leitura interessante, lamentavelmente é apenas para ler e não para ser implementado.

Bem-haja pela atenção.”

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“A Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos – ERSAR, no seu relatório anual, refere que em 2021 ao longo das condutas foram perdidos no nosso país 180 milhões de metros cúbicos de água tratada, sem dúvida um desastre ambiental e económico que só nesse ano correspondeu a perto de 100 milhões de euros.

No mesmo relatório a ERSAR refere que no concelho de Belmonte 62% do volume de água tratada é perdida ao longo da rede de distribuição. Repito em Belmonte 62% do volume de água pronta a consumir é desperdiçada.

O Município de Belmonte é a entidade titular, que nos termos da lei assegura a provisão dos serviços da água devendo por isso zelar pela proteção ambiental e da qualidade de vida da população.

Cabe então Câmara Municipal a responsabilidade da conceção, exploração conservação e manutenção da rede pública de abastecimento de água, para que sejam cumpridos os princípios da universalidade de acesso, qualidade e continuidade do serviço, transparência na prestação dos serviços, de proteção da saúde pública e ambiental bem como da promoção da solidariedade económica e social.

Diagnosticamos, pois, que ao longo dos anos se tem mantido uma ineficaz política de gestão das infraestruturas sem que ações de manutenção permitissem uma reabilitação da rede pública.

Aprovados que foram os novos tarifários de água para o concelho, queremos acreditar que o aumento da receita seja aplicado com rigor na identificação do estado da rede, na sua reabilitação, na promoção do princípio do utilizador pagador, na fiscalização metrológica dos equipamentos, na promoção de hábitos de gestão e responsabilidade ambiental.

Não podemos também deixar de referir que a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos formulou uma recomendação em 2022, e (passo a citar) “na atualização das tarifas as entidades gestoras podem recuperar tendencialmente os custos associados à sua atividade, mas em situação de eficiência ou seja não deve ser o consumidor a suportar os encargos resultantes da ineficiência de um sistema que perde milhões de metros cúbicos de água todos os anos”.

Mais uma vez no nosso concelho, o Executivo PS, aproveitando que, segundo a Lei, os municípios que não tenham uma cobertura de 90% dos gastos não se podem candidatar a fundos do PRR ou ao Portugal 2030, para remodelação ou modernização da rede, penaliza mais uma vez os consumidores, aumentando a fatura, aumentando impostos, tal como aconteceu no ano passado com o brutal aumento do IMI.

Ou seja, em vez de resolver o grave problema da falta de eficiência da nossa rede de distribuição de água, o PS, cobra-o aos consumidores, pedindo-lhes mais uma vez para pagar o que este Executivo não consegue resolver, aliás como tem demonstrado não ter políticas para o desenvolvimento do nosso concelho.”

Para terminar, convidou os presentes a visitarem Malpique, principalmente a rua José Luís Rebelo, a fim de perceberem o real estado da nossa rede de distribuição, a

quantidade de intervenções que foram feitas e a quantidade de buracos. Sendo que este era um assunto que deveria merecer toda a atenção, principalmente de uma intervenção urgente. Tendo frisado que o Senhor presidente da Junta de Freguesia de Caria já tinha demonstrado disponibilidade para ajudar.

O Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Mesa, as Senhoras e Senhores Deputados, o Executivo da Câmara Municipal, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Colaboradores do Município, Órgãos de Comunicação Social, os Concidadãos e Público que assistem a esta reunião, e muito especialmente aqueles que gostariam de estar a assistir a esta assembleia municipal através dos meios áudio visuais, mas não podem porque o PS de Belmonte não quer.

Sr. ^o Vice-Presidente da Câmara, como já ouviu, hoje trazemos aqui um assunto que está na ordem do dia, que é problemática da água.

A importância da água, o seu valor, o seu custo, é neste momento considerada vital para a sustentabilidade da vida humana no planeta. Diria até da nossa sobrevivência.

Em 2015 deu-se a fusão das Águas do Zêzere e Côa com às Águas de Lisboa e do Vale do Tejo, através do Decreto-Lei Nº 94/2015 de 29 de maio. Refere este mesmo Decreto-Lei que foram ouvidas as autarquias, mas não se sabe quando, em que data, em que local, ou reunião, foi o tema discutido ou quando se manifestou também a Assembleia Municipal.

Pelos vistos, e sem certezas absolutas, parece que não tiveram o Município e Assembleia Municipal oportunidade de se manifestarem sobre a transferência da Águas do Zêzere e Côa para às Águas de Lisboa e do Vale do Tejo.

A voz do povo e dos seus representantes foi silenciada por um simples Decreto-Lei, de se manifestarem se querem ou não continuar a pertencer a um sistema intermunicipal de abastecimento de águas.

A Câmara de Belmonte recebe tostões e paga milhões, pela água que não bebe, não vê, e provavelmente não recebe. Não se sabe o que está a acontecer. Não se sabe se há excesso de fornecimento, e fuga pelo tubo ladrão.

A discrepância entre a receita e a despesa é gritante, e onera o Município em centenas de milhares de euros, resultando em diversos aumentos das tarifas de água, saneamento e resíduos, a pretexto de que o Município não tem folga financeira para assumir tal diferença.

Em Belmonte, o elevado aumento do custo da fatura da água, saneamento e resíduos tem vindo afetar o orçamento das famílias, aumentos esses que ninguém percebe, ninguém entende, e ninguém dá uma explicação clara, rigorosa e sensata.

Tratando se de um assunto, de elevada relevância, e mesmo crítico para os Municípios, e para o Município, e de modo a permitir uma análise e discussão desta temática em futuras sessões, vimos sob a forma de requerimento (que esperamos ver atendido como é obrigação da Mesa da Assembleia) solicitar os seguintes documentos:

1- Cópia do processo de transferência e respetivo contrato de fornecimento, ata da Assembleia Municipal, e da Câmara Municipal, a validar a referida transferência entre as ADZC e as Águas Vale do Tejo.

2- Extratos de fornecimento em alta, pela empresa Águas Vale do Tejo dos últimos 3 anos

3- Extratos de consumo de água, e respetiva receita obtida pela Autarquia, dos últimos 3 anos

4- Mapas dos últimos 3 anos, com os valores referentes do valor pago ao fornecedor em alta, e a receita obtida pelo Município.

5- Extratos de entrega de lamas, saneamento, onde esteja refletido o valor de saída das condutas do Município, e o valor da entrada nas ETAR's, também dos últimos 3 anos.

6- Relatório do Município, ou da empresa externa, sobre a rede de condutas de água às habitações, e os mapas de abastecimento e consumo, por freguesia.

7- Relatório da despesa do Município, com as reparações das redes de conduta de água e esgotos dos últimos 3 anos

8- Relatório das perdas de água, do seu respetivo controlo e identificação.

9- Mapa de saldos da conta relativa á dívida do Município às Águas Vale do Tejo.

Estes documentos, são imprescindíveis para se saber com máximo rigor o que se passa. Por que motivos estamos a ser confrontados, e surpreendidos pelo constante aumento deste serviço.

Sr. ^o Vice-Presidente, está em condições de nos informar qual a percentagem de água perdida? Paga e não faturada?

Qual o critério, o motivo, a fórmula que levou o Executivo a promover este aumento?

Estará aqui em causa o acesso a fundos comunitários para investimento na rede?

É assim que pretendem captar investimento? Novos habitantes?

Porque se insiste na medida mais fácil, quando é a que mais prejudica o concelho?

Quando diziam na campanha, presente no vosso futuro, era a isto que se referiam?"

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

"Bom dia a todos os presentes,

1. Doação de Casa em Caria

Venho desta forma, e em nome do executivo, agradecer a doação por parte da Câmara Municipal dachamada “Casa da Câmara”. Tendo sido celebrada a escritura no dia 18 de setembro.

Casa esta localizada no centro histórico de Caria e que segundo alguns estudiosos foi onde funcionaram as instalações quando Caria foi sede de Concelho.

Esta Casa é, portanto, um símbolo de Caria, e que merece ser recuperada e valorizada.

Era uma ambição desta Junta de Freguesia desde a tomada de posse, e temos a agradecer mais uma vez a doação da mesma.

É também objetivo criar um projeto, que será intitulado “Reviver Caria”, em que se pretende recuperar o imóvel e criar um novo espaço de atendimento ao público da Junta de Freguesia.

Mais uma vez resta-me agradecer.

2. Centro de Saúde de Caria

Como é do conhecimento público infelizmente o Médico que estava no Centro de Saúde de Caria saiu e teve de ser substituído.

Em alternativa foram colocados 3 médicos numa situação provisória até à colocação de um médico permanente.

A Junta de Freguesia em conjunto com a Câmara Municipal tem feito vários contactos e tentativas para que se encontre uma solução que satisfaça as necessidades do posto de saúde. Aliás com frequência estou em contacto com o Sr. ^o Vice-Presidente para em conjunto se conseguia alguma solução.

Inclusive já houve reunião com o Dr. Santos Silva e a Dra. Celina.

Já foi apresentado o descontentamento com a situação, e ao contrário daquilo que diz a Dra. Celina a solução que está neste momento não é uma solução válida e não estão a ser prestados os serviços médicos essenciais e básicos a todos os utentes que se dirigem ao centro de saúde.

Já foi discutida a ideia com o Sr. ^o Vice-Presidente de que terá de ser criada uma estratégia monetária, ou outras regalias para que se consiga cativar a vinda de novos médicos para o Concelho e eles se fixem cá.

Se não houver incentivos não é possível atrair médicos.

Estamos em cima do acontecimento. Está a ser agendada nova reunião urgente com o Dr. Santos Silva para se conseguir novas soluções, que desde o primeiro momento se mostrou sensível e disponível a ajudar.

É urgente criar um pacote de medidas de incentivo e ir à procura de médicos. Não podemos ficar à espera que venham ter connosco. Temos de os cativar a vir.

O Sr. Vice-Presidente ficou de preparar um dossier relativo a esses incentivos e lanço esse apelo aos Senhores Vereadores para que possam com urgência apoiar na elaboração desse dossier e aprovar essa ideia.

Estamos, no entanto, também disponíveis a ajudar e dar ideias.

Trago novamente os 5 assuntos que apresentei na última Assembleia.

- 1. Estrada das Ferrarias, ligação Monte do Bispo e Peraboa em mau estado*
- 2. Estrada de acesso a Malpique em mau estado*
- 3. Valetas na Estrada de acesso a Malpique*
- 4. Rebetamento de conduta de água em Malpique*
- 5. Colocação de paralelos*

As situações encontram-se ainda sem resolução e sou abordado diariamente acerca destes assuntos.

É necessária resolução urgente. Já não há argumentos possíveis e válidos que justifiquem estas situações.

Já mostrámos a disponibilidade da Junta de Freguesia em colaborar com a Câmara Municipal e criar uma estratégia.

Os rebentamentos das condutas de água são uma constante.

Mantemos a proposta apresentada de criar um ramal novo de água de alimentação a Malpique. Desde o início do ano houve 16 rebentamentos em Malpique, sendo aquele troço caótico.

Também as estradas atrás referidas estão cada vez piores com estas últimas chuvas.

Volto a perguntar como está a situação da data de início dos trabalhos na estrada de Malpique que supostamente já está adjudicada. Assim como ser prevista a colocação de passeios em vez de valetas.

De referir que a colocação da nova conduta deve ser enquadrada nesses trabalhos de repavimentação da estrada e construção de passeios.

Para além destes assuntos, estão ainda pendentes outros assuntos que já foram comunicados à Câmara Municipal começando a reparação das guardas das 2 pontes, muro da escola fonte do ruivo, abate/limpeza de árvores, etc.

Também a recolha de lixo tem de ser revista, tendo já solicitado à Câmara Municipal uma reunião entre a Junta de Freguesia, Câmara Municipal, empresa SUMA e Empresa Resiestrela.

No mês de julho e agosto a recolha de lixo foi o caos, assim como a recolha de reciclados.

Também tem de ser feita a colocação de novos caixotes e substituição daqueles que se encontram estragados.

Termino.”

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente de Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Funcionários, Senhoras e Senhores Jornalistas, Caros Concidãos.

Dois anos volvidos após as eleições autárquicas de 2021, eleições essas onde a lista do PSD à Assembleia Municipal ganhou, de forma absolutamente inequívoca, cá estamos nós em reunião ordinária deste órgão deliberativo para, essencialmente cumprir calendário. A ordem de trabalhos desta reunião é mais uma manifestação da falta de dinamismo, da falta de ideias, de obra, e de estratégia deste concelho. É mais uma prova do marasmo em que estamos mergulhados. E a propósito de mergulhar, cá estamos perante mais um aumento do custo de vida de quem cá vive, convidando as pessoas a que não vivam cá. Este é mais um resultado da governação de longa duração do Partido Socialista neste concelho.

A avaliação que fazemos, tal como antecipámos é de que são dois anos sem obra. Sr. Vice-Presidente de Câmara, não lhe pergunto porque não cumpre o programa eleitoral, porque me responderia que ainda faltam dois anos. Pergunto-lhe então o que destaca destes últimos dois anos? Partilhe com esta Assembleia, por favor, 4 obras ou medidas que considere emblemáticas realizadas nos últimos dois anos. Deixe-nos saber quais são essas 4 obras. Se perguntar ao povo quais as medidas mais emblemáticas, o povo responde. Sem hesitação: O aumento do IMI, que por força do PSD foi revertido, mas sem as estradas serem reparadas; e agora o aumento brutal do preço da água. Aumento de impostos, e aumento dramático do preço de um bem essencial. São essas as medidas emblemáticas que o povo retém e não se esquecerá dentro de dois anos! E Sras. e Srs. Deputados, podemos também perguntar ao povo o que destaca da atividade fiscalizadora desta Assembleia. A resposta será seguramente de agradecimento ao PS por repetidamente ter impedido, repito, ter impedido com manobras contraditórias, ter impedido não apenas as transmissões da Assembleia Municipal, como também ter impedido que elas se realizassem nas várias freguesias. Também deste facto o povo não se esquecerá.

Sr. Vice-Presidente, sobre o acesso dos nossos concidadãos das Olas a essa infraestrutura de civilização que é a fibra ótica. Soubemos pelos media que a colocação de fibra ótica naquela localidade do concelho custa 22 755 euros. Não quero trazer aqui mais ruído no debate sobre se a Câmara Municipal de Belmonte acautelou os interesses de todo o concelho na fase inicial deste processo de instalação da fibra, ou não. Desses 2.2755 euros, a Câmara Municipal de Belmonte suportará 2.500 euros e a Junta de Freguesia 2.000 euros. Tenho algumas perguntas. A primeira, senhor presidente, é se partilhamos a ideia de que é injusto e inaceitável os munícipes não terem acesso, nas suas casas, às mesmas infraestruturas. Segunda pergunta: Esse apoio de 2.500 euros é um pagamento único em 2023? Qual vai ser o apoio para esse efeito em 2024? Esse apoio será descontado ao apoio anual à Associação Liga de Amigos das Olas? De um orçamento da Câmara de 12 milhões, não consegue 10 mil euros, em dois anos consecutivos, para evitar esta injustiça? No fim do dia o que fica, é mais uma medida não tomada para evitar a desertificação e o abandono. De pouco serve reclamarmos do

poder central políticas inclusivas quando, localmente, deixamos para trás os nossos concidadãos.

Sr. Vice-Presidente, no final do projeto CLDS, gostaria que nos fizesse o ponto de situação desse programa e, de forma muito objetiva, gostaria de lhe perguntar se todas as verbas foram executadas. Se não foram, por favor esclareça quanto não foi executado, e as razões para essa não execução.

Sr. Vice-Presidente, termino com outro assunto da maior importância. Gostaria que informasse esta Assembleia sobre o estado dos cuidados da saúde no Concelho. Quantos médicos prestam atualmente cuidados no SNS no concelho? Quais os dias e horários em que estão disponíveis para prestar cuidados à população? Não é necessário recordar o que todos sabemos, e que é mais um falhanço redondo do Partido Socialista nacional e das suas políticas, não apenas no acesso a cuidados de saúde, mas também na coesão territorial. Sr. Vice-Presidente, o que a Câmara está a fazer e se propõe fazer para alterar o estado de coisas?

Infelizmente o nosso concelho que já sofre de forma dramática os problemas da interioridade e da desertificação, ainda é confrontado com medidas erradas como o já referido aumento inusitado do preço da água, sendo mais um fator de repulsa de morar neste concelho, sendo médico ou desempenhando outra qualquer profissão. Enquanto os nossos concelhos vizinhos lutam por captar população, melhoram a qualidade de vida, oferecem infraestruturas de mobilidade, culturais e de bem-estar, Belmonte persiste no caminho errado. Assim não vamos lá Sr. Vice-Presidente. Assim ficamos cada vez mais longe.

Disse.”

O Senhor Deputado João Santos (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente informou que com a sua intervenção pretendia alertar para a necessidade e para o agendamento de novas reuniões do Conselho Municipal da Juventude.

Aludiu que a última e a única reunião do Mandato tinha decorrido em outubro do ano transato, sendo que daí até agora já tinha terminado e iniciado um novo ano letivo escolar e uma vez que inclusivamente se estava numa fase de transição para uma nova Direção do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas, era importante que se retomasse a atividade e que de facto se mudasse o paradigma de atuação deste tão importante órgão.

Aproveitou ainda para destacar um tema que tinha sido abordado na última reunião do Executivo Camarário, onde se tinha debatido a possibilidade da criação de um orçamento participativo no nosso Concelho, esperando de facto que se conseguisse concretizar e que o mesmo fosse uma realidade. Referiu que não poderia deixar de aproveitar o momento para reforçar o desafio que já tinha lançado em várias Assembleias, esperando assim que se juntasse a este debate a possibilidade da criação de um Orçamento Participativo Jovem. Asseverou que era algo que defendia desde a

primeira Assembleia do atual Mandato, pois parecia-lhe crucial que os jovens pudessem ter espaço para apresentar as suas ideias, e que para si fazia-lhe todo o sentido que esse Orçamento Participativo Jovem a ser uma realidade pudesse ser trabalhado precisamente no âmbito de atuação do conselho Municipal da Juventude, que seria uma das recomendações que apresentaria no Órgão Consultivo.

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“Bom dia a todos os presentes e uma saudação especial para aqueles que não podem assistir presencialmente a esta Assembleia por diversos motivos e que fruto da falta de vontade de quem dirige esta Assembleia, as transmissões online não estão ainda a ser transmitidas, pese embora terem sido votadas e aprovadas nesta sala e que a falta de regimento do seu funcionamento ainda não regressou a esta sala após ter sido chumbado pela bancada do PS. Aguardamos assim o seu tão desejado regresso para análise e votação.

O assunto que hoje aqui apresento é vital para o desenvolvimento do Concelho, a revisão do PDM - Plano Diretor Municipal do Município de Belmonte que se encontra em período de discussão pública ?????, estando já na sua fase final????, a não ser que já tenha sido publicado em Diário da República, pois na passada 3ª feira ainda não tinha ido para publicação.

Gostaríamos de ser informados se a consulta pública já foi para Diário da República. Algo em que não podemos nem queremos acreditar?

Este processo de discussão tem como objetivo promover o debate em torno da proposta de revisão do Plano Diretor e será apresentado, conforme é referido no edital, em reuniões públicas em locais e datas a marcar pelo Executivo Municipal.

Gostaríamos de ser informados como é possível aceder aos documentos da revisão, pois no site da Câmara consta apenas o edital da consulta pública.

Cabe-nos alertar os nossos munícipes para a importância do acompanhamento por todos nós da proposta de revisão que parece estar concluída, mas que ainda não vimos.

Durante a vivência de qualquer PDM as realidades territoriais mudam em termos de condições ambientais, económicas, sociais e culturais e ainda o enquadramento legal relativo ao regime de solos e à atividade de planeamento (Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBSOTU), Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e de demais legislação complementar, designadamente o Decreto regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, que estabelece critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como de critérios de qualificação e das categorias do solo rústico e do solo urbano).

Não nos podemos ainda esquecer no PROT-C – Plano Regional de Ordenamento do Território, que também é um instrumento legal que tem de ser respeitado, sendo de hierarquia superior ao PDM.

Em suma, um Plano Diretor Municipal é um instrumento que ao ser mal-executado, terá forçosamente impactos muito negativos no nosso território e por melhor que seja o gabinete que o está a executar, a intervenção pública é de enorme importância e a revisão do PDM de Belmonte deverá retratar o melhor possível a estratégia traçada para o Concelho.

Embora este plano tenha de ser aprovado até final do corrente ano, sob pena de não se poder concorrer a fundos comunitários isso não implica que seja tratado de ânimo e leve e à pressa.

Gostaríamos que respondesse às seguintes perguntas:

Quais as datas e locais para as reuniões públicas?

Quando serão colocados no site os documentos para a revisão do PDM?

Gostaríamos ainda de saber em traços largos, qual a estratégia do Executivo e se a mesma se encontra plasmada nesta revisão?”

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e fez uma saudação a uma atleta do concelho de Belmonte, que certamente por lapso o Senhor Dr. Marques Mendes nos seus habituais comentários ao Domingo e que até tinha estado em Belmonte aquando da campanha eleitoral do PSD, se tinha esquecido ao fazer referência à Volta a Portugal feminina, em que disse que uma atleta russa tinha ganho e que a melhor atleta portuguesa tinha ficado em sexto lugar, sendo que ele próprio posteriormente tinha ido verificar e tinha verificado que em sexto lugar se tratava da Campeã Nacional de Contrarrelógio na categoria de Elite Feminina Ana Caramelo, que mais uma vez tinha dignificado o concelho de Belmonte e a nossa região. Sendo que por lapso o Senhor Marques Mendes se deveria ter esquecido.

Saudou também todos os atletas que ao longo deste ano têm representado o concelho de Belmonte, levando assim o concelho mais longe o que era sempre bom ter atletas desta envergadura.

Posteriormente apresentou um Voto de Louvor ao Diretor do Agrupamento de Escolas Pedro Álvares Cabral de Belmonte, David Canelo que se transcreve integralmente.

“Voto de louvor ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Belmonte Dr. David Canelo, no momento em que cessa funções, por aposentação.

Evoca-se assim, o seu mérito, o assinalável sentido de responsabilidade, a elevada competência, a capacidade de liderança, de trabalho e de dedicação, com que desempenhou funções de Presidente de Conselho Executivo e de Diretor neste Agrupamento de Escolas, cargos que exerceu ao longo de cerca de três décadas.

Para os proponentes “os seus serviços foram sempre declarados como muito relevantes, por terem contribuído significativamente para o prestígio da Comunidade e para o cumprimento da Missão do Serviço Público”.

Com a aprovação do voto de louvor “pretende-se enaltecer o professor David Canelo, com toda a justiça e fazer preservar no futuro, o reconhecimento público e o profundo agradecimento, pelo magnífico serviço prestado no Agrupamento de Escolas Pedro Álvares Cabral de Belmonte”.

Seguidamente referiu que o Partido Socialista, tinha aprovado medidas de apoio aos jovens designadamente a gratuitidade dos passes para estudantes até aos 23 anos, o passe comboio e pousadas da juventude, o cheque-livro, a contratação anual de mil técnicos superiores para a administração pública, o reforço do IRS Jovem e o prémio salarial para os jovens qualificados. Frisou que estas medidas demonstravam o compromisso do Partido Socialista em melhorar as oportunidades e o bem-estar dos jovens portugueses, abrangendo as áreas da mobilidade, da educação, do emprego e dos salários.

Posteriormente deu uma saudação muito especial à Santa Casa da Misericórdia de Belmonte, por se ter submetido a um plano de reequilíbrio financeiro no âmbito do Fundo de Socorro Social do Instituto de Segurança Social, e que tinha sido aprovado pela Ministra da tutela, Dra. Ana Mendes Godinho, no valor de quinhentos mil euros. Valor esse que tinha vindo permitir à Santa Casa da Misericórdia de Belmonte, iniciar o pagamento da dívida a curto prazo na qual também se incluía os trabalhadores da instituição. Tendo agradecido a todos os que tinham contribuído para que fosse possível que esses quinhentos mil euros viessem para o concelho de Belmonte.

Aludiu que não poderia ficar indiferente àquilo que o Líder da Bancada do PSD tinha trazido novamente à Sessão de Assembleia Municipal, até parecia que isto era um deserto e que ninguém queria para aqui vir, pois Belmonte sempre tinha sido um concelho atrativo e que muita gente tinha vindo para cá.

Referiu o que acontecia com o PSD, ou seja, o PSD, ao fim de dois anos não apresentava soluções, lançava alarme, faltava à verdade na apreciação dos assuntos e lançava o alarme geral para obter a atenção dos eleitores.

Asseverou que gostaria de referir um grande Primeiro-Ministro e dirigente do PSD que em 1978 dizia: “quem não souber ser oposição não entende o que é o PSD e faz uma triste ideia do que é a democracia”, e era isto que se estava a assistir na Sessão de Assembleia Municipal. Recordou que quem estava no poder era quem tinha de governar e trazer soluções.

Mencionou que se tinha de respeitar a democracia e quando chegasse a altura das eleições era o povo que decidia.

Asseverou ainda que se andava a falar de coisas que já estavam ultrapassadas. No que dizia respeito à descentralização das Assembleias Municipais, frisou que já se

tinham feito, logo não era nenhuma novidade. Contudo da Bancada do PSD, a única pessoa que sabia o que eram essas Sessões, era o Senhor Deputado Acácio Dias.

Para terminar, aludiu que também se andava sempre a falar das transmissões on-line.

O Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), tomou a palavra e aludiu que achava estranho não regressar o ataque pessoal que lhe era constantemente dirigido, insinuando que o próprio não era minorizado pelo facto de estar na política há menos tempo e, portanto, isso era algo que aborrecia e que já fedia na verdade.

Asseverou que o facto de estar na política há menos tempo não ficava diminuído nos seus direitos, tinha sido eleito como qualquer um dos presentes, por isso se alguém fazia ataques pessoais e perfeitamente descontextualizados de tudo esta Câmara sabia quem era, logo o seu protesto. Pelo que esperava de vez que se parasse com esses ataques e essas insinuações de que estava na política há pouco tempo.

Mencionou que até diria e que até gostava com orgulho de estar há pouco tempo na política, porque havia quem estivesse há mais tempo e que não se devia orgulhar muito da obra que tem feito.

Aludiu também que o PSD nesta Assembleia Municipal era seguramente se não o mais ou um dos mais, uma das maiores fontes de alternativa, sugestões de políticas que o Executivo tem ouvido, ao contrário que não se ouvia nenhuma sugestão da Bancada do PS e por isso era absolutamente inusitado o que o Líder do PS aqui tinha referido, de que o PSD era sempre do contra e que não apresentava alternativas, uma vez que já o faziam desde dezembro de 2021 e com propostas concretas, tendo sido essa a linha de atuação e que continuará a ser numa lógica de intervenção de todos em que todos preparam os assuntos e que todos sugerem medidas e políticas para o desenvolvimento do concelho.

Referiu que finalmente doía-lhe ouvir a responsabilidade de se impedir os Municípios de acederem a estas Assembleias Municipais através da transmissão on-line, pois os factos eram os factos e não valiam a pena escamoteá-los.

Relembrou que esta Câmara tinha aprovado a transmissão on-line, sendo que o PS tinha chumbado a viabilização, chumbado o regimento e que nada propôs como alternativa para que se cumprisse com o que tinha sido aprovado.

Frisou ainda que o PS tinha chumbado também a descentralização das Assembleias Municipais, isto eram factos, e se custava a realidade logo não estavam no direito de a transferir para o PSD, uma vez que este fazia uma oposição séria, responsável, tranquila, com ideias e políticas.

Para terminar agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a oportunidade de fazer este esclarecimento.

O Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD), tomou a palavra e referiu que o Senhor que tinha proferido as palavras que a Bancada do PSD não apresentava soluções que estava enganado e que não deveria estar presente aquando das Sessões de Assembleia Municipal, pois já tinham apresentado nas mesmas soluções, dando como exemplo do crime ambiental do Município, tendo até mostrado disponibilidade para ajudar o Executivo a resolver estas e outras situações.

Asseverou que isto era uma Assembleia Municipal e que a responsabilidade de execução não era deles, mas sim do Executivo.

Aludiu que a Bancada do PSD, levantava as questões como era sua obrigação e defendia os Municípios até à exaustão. Contudo até já se tinham disponibilizado para ajudarem as pessoas nas áreas de reabilitação urbana em que as mesmas nem sabiam que só pagavam 6% de IMI das obras. Logo estavam para além daquilo que lhes era exigido. Todavia, como estavam cá e como tinham sido eleitos para fazerem oposição era isso que tinham de fazer, pois caso tivessem sido eleitos para o Executivo certamente que 50% dos problemas estavam resolvidos.

O Senhor Deputado David Canelo (PS), tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente aludiu que agradecia, mas que não aceitava que fosse proposto o Voto de Louvor, pois quem lhe tinha de dar os Votos de Louvor era o Ministério da Educação.

Para terminar solicitou ao seu camarada Luís António que retirasse o Voto de Louvor.

O Senhor Deputado Luís António (PS) tomou a palavra e referiu que todos sabiam que o Professor David Canelo trabalhava para o Ministério da Educação, contudo o mesmo tinha feito um trabalho para a comunidade de Belmonte, uma vez que tinha sido aqui que ele tinha exercido a sua profissão.

Frisou que a intenção e como se estava na vida pública foi de valorizar aqueles que ao longo dos anos o fizeram, por isso tinham entendido que havia um reconhecimento a fazer. Todavia era evidente que se a pessoa não aceitasse, nem o quisesse receber já o ditado o dizia “amigos como antes”. Contudo tinham cumprido a sua missão e a sua obrigação, pois entendiam que estar ao serviço público se deveria reconhecer.

Por fim, aludiu que se o Professor David Canelo não quisesse esse Voto de Louvor o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não o deveria submeter a votação, mas o mesmo deveria constar na ata.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que não iria colocar a votação o Voto de Louvor ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Belmonte, David Canelo.

Seguidamente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente informou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal se encontrava ausente devido a motivos de saúde, desejando-lhe as rápidas melhoras. Relativamente ao Senhor Vereador André Reis, aludiu que não tinha nenhuma justificação para dar.

Prossegiu e informou a Senhora Deputada Margarida Paiva (PPD/PSD), que relativamente ao Centro Interpretativo de Centum Cellas e às casas de banho, passará posteriormente a palavra ao Senhor Engenheiro Simões.

Quanto à questão do criptojudáismo e de todos esses assuntos os mesmos estavam a ser acompanhados pelo Município há bastante tempo, sendo que essas questões tinham sido levantadas inclusivamente nas reuniões de Câmara, pelo que sabiam o que tinham de fazer e que estavam a trabalhar nessas estratégias tanto na parte do turismo como na parte técnica das obras.

No que concerne à praia fluvial, frisou que não a consideravam como uma praia fluvial. Contudo a estratégia seria de fazer algo nesse espaço assim que fosse possível

Ao Senhor Deputado Humberto Barroso (PPD/PSD), e relativamente à perda de água informou que o Município no decorrer deste ano tinha retirado a parte da gestão da água à empresa que trabalhava com o Município, sendo que essa mesma empresa apenas fazia a faturação.

Asseverou que o Município tinha criado um gabinete técnico de obras neste caso uma seção dedicada às águas, porque realmente se tinham apercebido que aquilo que estava a ser feito não estava a ir ao encontro daquilo que eram as necessidades do Município.

Informou que estavam a ser colocados contadores em locais onde ainda não existiam, assim como já tinham sido levantados alguns autos e ainda seriam levantados muito mais daquela água que estava a ser “oferecida” e que o Município não queria.

Mencionou que o Município teve que se “equipar” e que estava a trabalhar nesse sentido de forma a descobrir mais facilmente essas irregularidades, pois tinham conhecimento que muitos dos contadores estavam dentro de casas e nos quintais.

Aludiu que existiam muitas perdas de água que estavam relacionadas com a rede uma vez que esta já se encontrava velha

Relembrou que o Concelho de Belmonte mesmo com o aumento destes 40% continuava a ter das águas mais baratas do país.

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Silvério Quelhas, e relativamente à doação da casa e à questão do Centro de Saúde, referiu que estava plenamente de acordo com tudo o que tinha escrito e dito nesta Assembleia Municipal.

No que concerne à estrada das Ferrarias, de Malpique e às condutas aludiu que o Senhor Engenheiro Simões posteriormente poderia dizer alguma coisa sobre estes assuntos.

No que dizia respeito à recolha do lixo mencionou que o Município estava com renovação do contrato e que iria ser lançado um concurso, logo tanto poderia ser esta como outra empresa

Informou ainda que tinha tido uma reunião com a empresa e que na feitura do próximo concurso iriam ter em atenção algumas das questões que tinham sido levantadas, a fim do sistema funcionar melhor.

Ao Senhor Deputado António Marques (PPD/PSD), e relativamente ao IMI relembrou que o mesmo não tinha sido revertido por vontade do PSD, pois sempre tinha sido dito que o mesmo iria ser revertido no ano seguinte.

No que concerne ao acesso da fibra ótica, referiu que aquilo que tinha sido conversado na reunião, pese embora que depois pudessem tentar distorcer aquilo que o próprio tivesse dito, era que o próprio nunca tinha falado de vinte e quatro, pois não iria falar de vinte e quatro enquanto não estivesse a base pelo menos do orçamento que estavam a preparar, ou seja estavam a começar a juntar aquilo que pretendiam em termos de obras, em termos de projetos para candidaturas, daquilo que cada um dos departamentos iria precisar para aquilo que seriam os trabalhos durante o próximo ano.

Frisou que inclusivamente nas reuniões de Câmara tinha sido falado que se fosse possível era obvio que apoiariam. Contudo não poderiam dizer que o próprio não achava justo, pois também não saberia se era justo para a restante população, o Município estar a fazer um investimento retirando do orçamento Municipal esse valor, uma vez que nas Olas só moravam trinta e seis pessoas, pois se dividissem os vinte e tal mil euros por essas trinta e seis pessoas. Tendo questionado se tivessem de fazer o mesmo a todo o Município em que eram cerca de seis mil e tal pessoas. Logo teria de haver justiça. Contudo ter-se-ia de pensar que a justiça teria de funcionar para todos.

Mencionou ainda que as Olas poderiam não ter a fibra ótica nesta fase, todavia tinham a garantia que a iriam ter de acordo com os programas que tinham sido feitos para a cobertura a cem por cento da rede, sendo que a data-limite para esses concursos seria até dois mil e vinte sete.

Aludiu se era o Município que deveria ter de substituir aquilo que o Governo Central deveria ter feito, pois o Município iria que ter de pagar a uma empresa particular.

Asseverou que tudo o que estava para cada uma das coletividades será feito de acordo com o Regulamento.

Relativamente ao encerramento do projeto do CLDS, referiu que o mesmo estava ligado à Santa Casa da Misericórdia de Belmonte, sendo que o Município de Belmonte era um dos parceiros.

Aludiu que ainda teriam de fazer o relatório final, sendo que quando apresentassem esse relatório o Município teria essa informação e só depois é que teriam a informação daquilo que lhe estava a questionar, pois presentemente não carecia de nenhuma informação.

No que dizia respeito à saúde, informou que o Município estava a trabalhar em consonância com a Junta de Freguesia, uma vez que têm estado em diálogo.

Relembrou que o problema não era só no Centro de Saúde de Caria, pois também existia o mesmo problema no Centro de Saúde de Belmonte, em que neste momento praticamente cinquenta por cento da população não tinha médico de família, tendo aludido que o Município iria fazer tudo o que estivesse ao seu alcance.

Agradeceu todos os contributos que a Junta de Freguesia tem dado e os que possa vir a dar nesse sentido.

Frisou que o que poderia estar ao alcance do Município seria de chegar primeiro junto da tutela para pressionar a captação de médicos, pelo que a primeira coisa que se teria de fazer era de abrir vagas, pois anteriormente tinham aberto vagas insuficientes.

Ao Senhor Deputado João Santos (PS,) e relativamente ao Orçamento Participativo Jovem referiu que tinha abordado sobre esse assunto na última reunião, sendo que estava plenamente de acordo com o mesmo, tendo frisado que se puderem o irão fazer.

Ao Senhor Deputado José Alves (PPD/PSD) e relativamente ao PDM referiu que a revisão estava a ser feita e preparada há muito tempo, sendo que a estratégia do Município era o cumprimento de todas as regras, e que eram muitas, uma vez que existiam várias entidades.

Informou que o processo de acompanhamento do Município estava a ser feito pela Engenheira Olga, que pertencia ao Gabinete Técnico, coordenado pelo Engenheiro Simões, sendo que se estava a fazer tudo de acordo com as normas.

Ao Senhor Deputado Luís Almeida (PS) e relativamente à atleta Ana Caramelo, referiu que tem sido uma atleta que nos tem orgulhado a todos e que a Câmara Municipal tem apoiado.

Seguidamente, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que fosse passada a palavra ao Senhor Engenheiro Simões, para que o mesmo pudesse efetuar os esclarecimentos solicitados.

O Senhor Engenheiro Simões tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente e relativamente à Torre de Centum Cellas aludiu que a Torre estava classificada como Monumento Nacional, ou seja, beneficiava de uma zona especial de proteção.

No que dizia respeito ao valor ser alto informou que tinha existido um primeiro concurso que tinha ficado deserto, ou seja, ninguém tinha concorrido, logo se o valor tivesse sido atrativo teriam vindo.

Frisou que todos sabiam que era uma obra muito específica, que tinham equipas muito próprias e específicas, logo ser uma obra lenta, todavia estava a andar

Relativamente ao Centro de Interpretação ser pequeno informou que iria passar a ler o parecer da Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) que se transcreve integralmente.

“A intervenção de arquitetura procurará simultaneamente contribuir para a comunicação e valorização do monumento através da construção de um Centro Interpretativo, mas sem se impor ao espaço arqueológico ou se confundir com este. Mas também contribuir para a definição de percursos adequados para os visitantes, as áreas livres para concentração de grupos e assim diminuir.

O impacto negativo das estruturas arqueológicas existentes contempla ainda uma zona de pequeno passeio e um lugar de estacionamento de autocarro ao longo da rua. Analisando os elementos do projeto apresentados considera-se que desde já favoravelmente o cuidado posto na garantia de minimizar impactos na afetação do solo e das ruínas garantindo reversibilidade das ações a empreender nas diferentes frentes do projeto. O desenho do pequeno edifício que funcionará como centro do pequeno edifício que funcionará como Centro de Interpretação é cuidado e destacar-se-á fisicamente do solo em que procura “tocar” de forma pontual evitando uma intrusão que poderia comprometer estruturas arqueológicas que venham a ser detetadas e garantindo a viabilidade do projeto.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carlos Teixeira, tomou a palavra e saudou os presentes. Seguidamente referiu que tinha estado a ouvir na presente Sessão que havia pessoas que estavam preocupadas com os aumentos, que havia pessoas que viviam mal e que tinham poucos rendimentos sendo que se estava sempre a aumentar o IMI, o preço da água entre outras coisas. Contudo estava a ouvir muito atentamente o caso das Olas relativamente à fibra pelo que questionava, se estavam tão preocupados com as pessoas que tinham poucos rendimentos, o porquê de se fazer um investimento desses nas Olas sem se saber quantas serão as pessoas que irão ligar a fibra.

Asseverou que ligar a fibra custava cerca de quarenta euros por mês, pelo que questionou novamente quem é que iria ligar a fibra?

Mencionou que a fibra nas Olas não era um problema de alguém que quisesse a fibra, mas sim um problema político porque havia alguém das Olas que estava contra a Câmara.

Aludiu que a Câmara antes de dar qualquer subsídio para isso deveria fazer um inventário de quantas pessoas se iriam ligar à fibra. Pois o mesmo já tinha feito as suas contas e já tinha perguntado sendo que apenas duas pessoas estavam interessadas em ligar a fibra

Tendo questionado se com vinte e tal mil euros a Câmara iria gastar dez mil euros para cada pessoa e as outras pessoas? É que as pessoas antes de falarem da fibra deveriam saber quanto é que custava a fibra pois atualmente custa cerca de trinta e nove euros e noventa cêntimos. Mencionou se as pessoas não podiam pagar quarenta cêntimos por metro de água poderiam pagar quarenta euros de fibra?

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação e votação da ata da Sessão anterior

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou se os membros da Assembleia Municipal, propunham alguma alteração à ata da Sessão anterior

Não havendo alterações à ata da Sessão anterior, passou-se à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação, a Assembleia Municipal deliberou com **17** votos a favor, da Bancada do PS (9), da Bancada da PPD/PSD (7) e da Bancada da CDU (1) e **2** abstenções do Senhor Deputado Pedro Miguel Fonseca Catalão (PS) e da Senhora Deputada Margarida Saraiva Paiva (PPD/PSD), por não terem estado presentes na Sessão, ficando assim aprovada por **maioria** dos presentes, a ata de 29 de junho de 2023.*

3.2 - Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que informou não ter nada a acrescentar à informação apresentada.

A Senhora Deputada Rosa Coutinho (CDU) tomou a palavra e apresentou as suas intervenções que se transcrevem integralmente.

“Saudação à Beira Serra - Associação de Desenvolvimento

A Beira Serra, Associação de Desenvolvimento, tem desenvolvido um trabalho meritório no nosso concelho e na região.

Agora viu aprovado mais uma candidatura à 9ª Geração do Programa Escolhas e de um investimento no valor de 229.778€.

A CDU felicita a Beira Serra e parceiros pelo trabalho desenvolvido neste concelho e apela ao Executivo de Belmonte que apoie esta Associação na sua atividade junto da população vulnerável.”

“Defender o SNS contra o negócio da saúde

Numa das últimas reuniões públicas do Executivo Municipal de Belmonte a falta de médicos no concelho de Belmonte foi considerada uma situação preocupante.

No concelho, cerca de 2600 utentes estarão sem médico de família, o que representa cerca de 40% da população, o número mais elevado de sempre. O vice-presidente da Câmara de Belmonte reconheceu então que a situação é preocupante e que o tema foi analisado numa reunião tida com a coordenadora do Centro de Saúde de Belmonte.

Os utentes do Centro de Saúde de Caria, vila do concelho de Belmonte, passaram a partir do dia 1 de Setembro, a dispor apenas de “serviços mínimos”, após a saída, por mobilidade, do clínico destacado no posto médico.

Na mesma nota, assinada pela coordenadora da Unidade de Cuidados na Comunidade de Belmonte, Celina Pires Rosa, é explicado que a mobilidade do médico a prestar serviço em Caria “foi autorizada superiormente” e “nas atuais condições apenas” é possível assegurar um conjunto de serviços mínimos.

O funcionamento da unidade vai ser assegurado por três médicos que se vão deslocar à vila, dois às terças-feiras, das 08:30 às 11:30, e um à quinta-feira, entre as 08:00 e as 12:00.

No aviso à população é também referido que no Centro de Saúde de Belmonte existem “cerca de 1.500 utentes sem médico de família atribuídos”.

Depois de enumerar algumas das tarefas que deixam de ser por enquanto desempenhadas no Polo de Saúde de Caria, o comunicado frisou que “estes serviços mínimos são idênticos aos prestados aos utentes sem médico de família inscritos na sede do Centro de Saúde de Belmonte e são os mesmos definidos pelas Unidades de Cuidados de Saúde Primários em todo o País.

A CDU, ao mesmo tempo que condena a política de destruição do SNS, prosseguida pelos sucessivos governos, reafirma a sua firme posição em defesa dos serviços públicos e do acesso aos serviços de saúde.

A CDU questiona o Presidente da Câmara se tem mais informações sobre esta matéria e quais as iniciativas que pensa tomar para defender os Serviços de saúde no nosso concelho.”

Seguidamente frisou que este último parágrafo já estava respondido.

A Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), tomou a palavra e apresentou a sua intervenção que se transcreve integralmente.

“No que concerne ao ponto um Educação refere o documento que o ano letivo começou dentro da normalidade, ainda assim gostaríamos de fazer algumas considerações.

Tendo em conta que a utilização do antigo espaço do pré-escolar Caria foi tida por este Executivo como a melhor solução para essa valência questionamos se a cobertura da varanda foi suficiente para a reorganização do espaço ou se estão pensadas outras soluções construtivas no centro escolar?

Qual o número de crianças inscritos e a frequentar essa valência e se a sua ocupação está no limite da sua disponibilidade.

Ainda acerca do início do ano letivo e sabendo que o assunto foi resolvido com a intervenção oportuna das técnicas da Câmara Municipal, qual foi a origem do problema com o início das atividades extracurriculares AEC'S, que levou alguns pais a considerar a não frequência nesta componente?

Uma nota muito importante diz respeito ao ensino secundário em Belmonte, este ano temos apenas uma turma de décimo ano conseguida pela junção de duas áreas diferentes, Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades temos de com a escola famílias e alunos perceber o motivo para a saída de cerca de metade dos alunos que frequentaram o nono ano.

Como é óbvio serão sempre os pais e os alunos a decidirem o melhor para o seu futuro, mas devemos questionar e trabalhar no sentido de manter este nível de escolaridade na nossa escola.

Por fim neste ponto, e uma vez que não estive presente na sessão anterior, mas por conversa com os elementos da minha bancada percebi que não ficou muito perceptível a questão da ocupação da escola primária em Malpique. Esclarecer que a escola Malpique é constituída por duas salas com separação física entre ambas e com entradas e saídas diferentes para o exterior e pátio interior, e que apenas uma das salas está ocupada, a outra, onde funcionou o atendimento de enfermagem está ao abandono com vidros e janelas completamente partidas.

No que ao ponto 6 diz respeito Turismo e Atividades Económicas continuamos a assistir sistematicamente a não inclusão de medidas resultantes do plano de recuperação turística. Na sessão de 30/09/2022 o Executivo afirmou que estava o mesmo entregue, mas um ano depois nenhuma ação foi tida nem referida nas informações do Presidente. Vemos em publicações boas medidas e projetos que apoiamos, nomeadamente no que à praia fluvial diz respeito e por isso questionamos o timing para a sua concretização.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para responder a todas as questões que tinham sido apresentadas.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra e esclareceu a Senhora Deputada Telma Matos (PPD/PSD), relativamente à cobertura da varanda, tendo frisado que não tinham tido nenhuma queixa nem por parte dos educadores, nem dos auxiliares, nem da escola.

No que concerne aos horários das AEC'S, referiu que o que tinha percebido na altura era que havia um pequeno desfasamento de uma hora, pelo que houve a necessidade de reorganizar as equipas que estavam, uma vez que as equipas das AEC'S vão a vários sítios/escolas. Tendo esta situação ficada resolvida nessa segunda-feira, ou seja, no mesmo dia em que houve a reunião.

Relativamente à escola primária de Malpique, referiu que não queria estar a adiantar nada sobre esse assunto, porque depois dessa ideia de as Associações estarem lá, tinham tido uma outra ideia ou possibilidade para isso.

Aludiu que não queria estar a falar do assunto sem antes falar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, uma vez que essa ideia ou possibilidade para esse espaço tinha sido levantada esta semana, mais concretamente na terça-feira.

Informou que posteriormente viria a público se avançavam ou não com essa ideia.

Quanto ao plano de recuperação turística, referiu que deveria ser um assunto para a Empresa Municipal.

Deu ainda conhecimento que o programa já tinha sido apresentado.

No que se referia ao ensino secundário mencionou que eram questões da escola, pelo que passava a palavra ao Senhor Deputado David Canelo, uma vez que o mesmo tinha sido o Diretor do Agrupamento de Escolas Pedro Álvares Cabral.

O Senhor Deputado David Canelo (PS), tomou a palavra e prestou alguns esclarecimentos solicitados pela Senhora Deputada da Telma Matos (PPD/PSD), relativamente ao ensino secundário.

3.3 - Apreciação e votação das Peças do Procedimento Concursal

Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão. Concessões Municipais.

ENERAREA- Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a certidão da deliberação do Executivo fornecida pelos serviços municipais, cujo teor se reproduz integralmente.

-----**CERTIDÃO**-----

JOSÉ MANUEL CANINHAS FIGUEIREDO, CHEFE DA EMDO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE: -----

----- Certifica que, examinado o livro de atas da Câmara Municipal de Belmonte, cujo NIF é 506695956, nele encontrou na ata de reunião ordinária, realizada em 20 de julho de 2023, uma deliberação cujo teor é o seguinte: -----

**“A.3.1.) ENERAREA - AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO INTERIOR
- DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO. CONCESSÕES MUNICIPAIS.
- PEÇAS DO PROCEDIMENTO CONCURSAL**

Foi presente pela ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, datado de 2 de maio de 2023, as peças do procedimento concursal relativamente à distribuição de energia elétrica em baixa tensão - Concessões municipais.

DELIBERAÇÃO:

A Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade, as peças do procedimento concursal relativamente à distribuição de energia elétrica em baixa tensão - Concessões municipais.

Mais deliberou submeter para apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal.”

----- Por ser verdade mandei passar a presente certidão, que autentico com selo branco em uso neste Município e Unidade Técnica Municipal Administrativa, em 20 de setembro de 2023. -----

O Senhor Deputado Luís António (PS), tomou a palavra e referiu que o PS apoiava todas as medidas que se destinavam à promoção da eficiência energética.

Aludiu que este ponto também vinha a dar cumprimento a uma deliberação da Assembleia Municipal feita em 24/02/2022, em que se tinham comprometido em assinar o Protocolo de Autarcas, a fim de se atingir a neutralidade carbónica até ao ano de 2050. Logo era mais um passo que se estava a dar.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que se iria passar à votação das “Peças do Procedimento Concursal - Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão. Concessões Municipais. - ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior” através de braço no ar.

----- Concluída a votação verificaram-se **0** votos contra, **0** abstenções e **19** votos a favor pelo que as “Peças do Procedimento Concursal - Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão. Concessões Municipais. - ENERAREA - Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior” foram aprovadas por **unanimidade** dos presentes na votação.

Antes de terminar a reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos deliberados por votação, os quais foram aprovados por **unanimidade**.

4 - 2º Período de Intervenção do Público

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que tendo em conta que não houve inscrições, este período de intervenção dos Senhores Múncipes ficou encerrado.

Nada mais havendo a tratar nesta Sessão e sendo 12:30 horas, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que eu, Artur Alberto Mendes de Elvas, Primeiro Secretário da Mesa redigi e vou assinar conjuntamente com o Senhor Presidente, depois de lida e aprovada integralmente na Sessão seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário